



Índice

- 01 [Acampados em universidade, índios aguardam decisão sobre terras em Sidrolândia](#)
- 02 [Terenas de outras regiões reforçarão ocupação, diz irmão de índio morto](#)
- 03 [PM e Força Nacional reúnem-se com índios em Sidrolândia, MS](#)
- 04 [Índios terenas se reúnem com ministros em Brasília](#)
- 05 [Após reunião com governo, índios mantêm ocupação em fazendas no MS](#)
- 06 [Governo vai criar fórum para resolver conflito entre índios e fazendeiros em Sidrolândia](#)
- 07 [Faixas espalhadas pela cidade manifestam revolta e solidariedade aos índios](#)
- 08 [Ministro diz que índios serão consultados sobre hidrelétricas no Tapajós](#)
- 09 [Índios tentam entrar no estacionamento do Planalto](#)
- 10 [Fazendeiros conseguem na Justiça direito de resistir à invasão de índios](#)
- 11 [Mais de 98% das terras indígenas ficam na Amazônia Legal](#)
- 12 [MPF defende demarcação da Terra Indígena Maró, no Pará](#)



Acampados em universidade, índios aguardam decisão sobre terras em Sidrolândia
SÍTIO PORTAL EBC, 06.06.2013

Campo Grande - Os cerca de 500 participantes da marcha de indígenas, trabalhadores rurais sem terra e quilombolas – que saiu da cidade de Anhaduí, a cerca de 50 quilômetros da capital sul-mato-grossense – chegaram na manhã de hoje (6) a Campo Grande e estão acampados na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Os manifestantes aguardam o resultado da reunião de representantes dos índios terenas com os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo e da Secretaria-Geral da Presidência da república, Gilberto Carvalho sobre a situação das terras indígenas em Sidrolândia (MS), onde ocorreu o conflito que resultou na morte do índio Oziel Gabriel e onde na última terça-feira (4). O índio Josiel Gabriel Alves foi baleado durante tentativa de ocupação de uma fazenda da região. A reunião está prevista para as 15h.

“Estamos esperando o resultado dessa reunião em Brasília. Queremos ouvir e buscar quem defenda nossos direitos. O governo precisa sair de cima do muro e dizer que nós também somos brasileiros e trabalhar para nós”, disse à Agência Brasil a integrante da direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e índia terena Tiliansa Brunetto. Segundo ela, após o resultado da reunião, os manifestantes vão avaliar se permanecem acampados na universidade.

A marcha faz parte do movimento denominado Jornadas Unitárias de Luta em Mato Grosso do Sul, que reuniu inicialmente cerca de mil pessoas. Organizado por movimentos sociais, a manifestação cobra a demarcação de terras indígenas e de quilombolas, além da reforma agrária. Eles cobram ainda a apuração da morte do índio terena Oziel Gabriel morto no dia 30 de maio.

“Viemos aqui para gritar o nome de Oziel que foi morto por culpa da demora na demarcação das terras indígenas. Aquela terra tem uma história. Ela é dos nossos antepassados e foi reconhecida pela Funai, só falta o governo homologar [isso]”, ressaltou o índio Elvis Terena. Segundo ele, em todo o estado, 298 índios foram mortos, nos últimos anos em razão dos conflitos pela posse da terra.

Amanhã (7), os manifestantes pretendem fazer um ato no centro da cidade com a presença de parlamentares ligados à questão do campo. A manifestação está prevista para as 10h. De acordo com a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), só em Sidrolândia e Aquidauana há 13 fazendas ocupadas desde meados da década de 1980. Em todo o estado, o número chega a 65.

Edição: Talita Cavalcante

Terenas de outras regiões reforçarão ocupação, diz irmão de índio morto
SÍTIO G1, 06.06.2013

Elisur Gabriel afirmou que índios de outras partes do país estão a caminho. Ministério da Justiça negocia com grupo a saída de fazenda em MS.



O terena Elisur Gabriel, irmão de Oziel Gabriel, morto em tentativa de reintegração de posse da Fazenda Buriti, em Sidrolândia (MS) (Foto: Lucas Salomão / G1)

Em Brasília para uma reunião no Ministério da Justiça, Elisur Gabriel, irmão do índio terena morto no último dia 30 em uma tentativa de reintegração de posse da Fazenda Buriti, em Mato Grosso do Sul, afirmou nesta quinta-feira (6) que indígenas das regiões Sul e Norte vão reforçar a ocupação da área.

Segundo ele, a morte de Oziel Gabriel mobilizou lideranças indígenas de outras partes do país, a maioria da etnia terena.

“Está todo mundo caminho para dar apoio. A Polícia Federal cometeu um crime, matou meu irmão, matou um guerreiro. Os índios são todos irmãos e temos um objetivo só, de ampliar o terreno”, afirmou Elisur Gabriel, no Ministério da Justiça.

No último dia 30, o índio Oziel Gabriel, de 36 anos, morreu em confronto com a polícia, durante cumprimento de mandado de reintegração de posse de uma área do município de Sidrolândia (MS) ocupada pelos indígenas. Nesta quarta (5), de acordo com a Fundação Nacional do Índio Funai, outro índio foi baleado.

CONT.



Diante da violência da região, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, determinou o envio de 110 homens da Força Nacional, para o local.

A Justiça Federal de Mato Grosso do Sul havia dado, no último domingo (2), 48 horas para que a Funai retirasse pacificamente os índios da fazenda. Nesta quarta-feira (5), o Tribunal Regional Federal 3ª Região (TRF), decidiu suspender a ordem de reintegração de posse, acatando um recurso da Advocacia Geral da União (AGU).

A decisão, em caráter liminar, é do desembargador José Lunardelli e, segundo o presidente da Associação de Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul, Paulo Cezar Neves Junior, ainda será julgada pela 1ª Turma do TRF.

De acordo com Elisur Gabriel, os indígenas continuarão na Fazenda Buriti mesmo que haja conflito. "Nós precisamos da terra, ela é nossa. Não vamos sair, mesmo com Polícia Federal, mesmo com Força Nacional. Vamos dar o sangue pela terra", afirmou.

O indígena afirmou que o governo é lento na demarcação das terras indígenas e destacou que prefere "morrer" a ficar sem território. "Daremos a nossa vida. Preferimos morrer a perder a terra."

PM e Força Nacional reúnem-se com índios em Sidrolândia, MS

SÍTIO G1, 06.06.2013

*Comandante da PM diz que reunião informará caciques sobre ação policial.
Força Nacional ficará nas áreas de acesso das fazendas invadidas.*



Reunião no comando da PM, em Campo Grande
(Foto: Tatiane Queiroz/ G1MS)

Representantes da Polícia Militar e da Força Nacional vão reunir-se com lideranças indígenas na tarde desta quinta-feira (6), em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande. Segundo o comandante-geral da Polícia Militar em Mato Grosso do Sul, coronel Carlos Alberto David, somente depois dessa reunião é que as equipes da Força Nacional irão para o município.

O comandante da PM disse que a reunião está marcada para 15h (horário de MS, 16h em Brasília), em um auditório, em Sidrolândia. O G1 entrou em contato com a Fundação Nacional do Índio (Funai), mas ninguém foi encontrado para falar sobre a reunião.

Parte da equipe da Força Nacional chegou a Campo Grande na quarta-feira (5). O coronel explicou que, antes do envio da tropa, a reunião com os caciques terá como objetivo informar a comunidade indígena da ação na região.

Depois da reunião, os 110 integrantes do grupo ficarão nas estradas de acesso das fazendas invadidas. "O que a gente pretende é estabelecer uma relação de cordialidade entre os indígenas e os produtores rurais, queremos pacificar a área e acalmar os ânimos na região". A operação foi denominada Unati Vapeia Neun - Paz no Campo.

Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que esteve em Campo Grande ontem, a permanência do grupo na área é para "garantir a paz".

A estratégia de ação foi discutida em duas reuniões, hoje, no Comando Geral da Polícia Militar: no primeiro encontro, além das chefias da PM e da Força Nacional, estavam presentes representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro). Na segunda reunião, sem a presença da representante da Funai, participaram Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) e secretaria de Estado da Produção.

A representante da Funai, Ana Beatriz Lisboa, não quis falar com a imprensa após o fim da

CONT.



reunião.



Suspensão

Na quarta-feira, o Tribunal Regional Federal 3ª Região (TRF), decidiu suspender a ordem de reintegração de posse, acatando um recurso da Advocacia Geral da União (AGU), feito por meio da procuradoria da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A decisão, em caráter liminar, é do desembargador José Lunardelli e, segundo o presidente da Associação de Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul, Paulo Cezar Neves Junior, ainda será julgada pela 1ª Turma do TRF.

Hoje, em Brasília, segundo o ministro da Justiça, está prevista uma reunião com lideranças terena para discutir a ocupação das fazendas. Segundo Cardozo, o objetivo é tentar um acordo para evitar novos conflitos.

Na reintegração de posse da fazenda Buriti, ocorrida no dia 30 de maio, o índio terena Oziel Gabriel, morreu baleado. Os índios chegaram a sair da propriedade, mas retornaram posteriormente.



Índios terenas se reúnem com ministros em Brasília

SÍTIO DIÁRIOWEB, 06.06.2013

Índios terenas estão reunidos, na tarde desta quinta-feira, no Ministério da Justiça, com os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União). A audiência ocorre em auditório e é fechada à imprensa. Na pauta, a desocupação da Fazenda Buriti, no Mato Grosso do Sul, onde o índio Oziel Gabriel, de 35 anos, foi morto na semana passada.

Conforme informou nesta quinta-feira o jornal O Estado de S.Paulo, um grupo de 30 índios terenas deixou nesta quinta a região de Sidrolândia em um ônibus, rumo a Brasília. "Queremos uma solução", disse Elisur Gabriel, de 43 anos, um dos irmãos de Oziel.

Elisur considerou "preocupante" o governo mudar o processo de demarcação de terras, ouvindo não apenas a Fundação Nacional do Índio, mas outros órgãos, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. "O governo deveria ouvir principalmente as lideranças indígenas", afirmou.

Para o secretário nacional de articulação social, Paulo Maldos, é importante "chegar a um ponto em que esse acirramento pare, para preservar a vida de todos". Na avaliação do secretário, uma possível saída para o fim do conflito é a indenização para os produtores.

"Pelo que me informaram, cerca de 90% dos casos (no MS) seriam solucionados se houvesse um mecanismo de compensação àqueles títulos de boa fé outorgados pelo Estado. Se é esse o caminho, tem que ser esse o caminho. A gente apela ao Conselho Nacional de Justiça, que tem bastante acúmulo nessa questão, que nos ajude a formular uma proposta de compensação financeira aos títulos de boa fé. Se esse caminho pacifica 90% dos casos, tem que ser adotado", defendeu Maldos.



Após reunião com governo, índios mantêm ocupação em fazendas no MS

SÍTIO BOL, 06.06.2013

Após quase quatro horas de reunião com índios da etnia terena nesta quinta-feira, o governo federal não conseguiu desfazer o impasse que tem causado os conflitos na região de Sidrolândia, no Mato Grosso do Sul. Diante da falta de garantias pelo governo de que terão as terras de volta, os índios decidiram permanecer no local.

O único resultado concreto da reunião, que teve a presença dos ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência), foi a criação, em até 15 dias, de um fórum para discutir os conflitos da região.

De acordo com Cardozo, o fórum terá a participação dos conselhos nacionais de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP), além de representantes do governo estadual, dos indígenas e dos proprietários rurais.

Segundo o ministro, os indígenas "concordaram que esse fórum pode ser a saída do impasse". No encontro, os terena garantiram que não ocuparão novas fazendas, mas que permanecerão onde já estão, inclusive a Fazenda Buriti - onde uma ação de reintegração de posse resultou na morte de um índio na quinta-feira passada.

Diante da decisão, Cardozo disse ter feito "um apelo veemente para que nenhum ato de violência fosse praticado e se buscasse restaurar a legalidade".

Entre as soluções possíveis para diminuir os conflitos, está a criação de um mecanismo de compensação a produtores que ocupem fazendas em áreas de disputa judicial com indígenas, desde que os fazendeiros tenham títulos das terras outorgados pelo Estado. A proposta foi defendida no encontro pelo secretário Nacional de Articulação Social da Presidência, Paulo Maldos.

Atualmente, quando há propriedades em locais que posteriormente são reconhecidas como áreas indígenas, a União paga aos fazendeiros pelas benfeitorias realizadas no local. A compensação seria uma forma de indenização pela terra. José Eduardo Cardozo não deixou claro se a proposta será acatada pelo governo, mas afirmou que o fórum vai "debater todas as teses possíveis do ponto de vista jurídico".

Para o ministro da Justiça, há um "arrefecimento do clima de tensão". "Eu não diria que [a reunião] resolveu o problema, eu seria leviano se dissesse que resolveu o problema. (...) E eu volto a fazer um apelo a todos os lados envolvidos nessa questão: é necessário restaurar a normalidade, é necessário desarmar espíritos, é necessário que não tenha radicalizações, para que nós possamos encontrar saídas pacíficas. Com violência, com radicalização, nada se resolverá", afirmou José Eduardo Cardozo.



Governo vai criar fórum para resolver conflito entre índios e fazendeiros em Sidrolândia

SÍTIO SIDROLÂNDIA NEWS, 06.06.2013

A proposta do governo foi apresentada em uma reunião de três horas, no Ministério da Justiça

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, informou na noite de ontem (6) que um fórum deve ser criado para negociar as terras ocupadas por indígenas em Mato Grosso do Sul. No fórum, os representantes dos índios, dos fazendeiros e o governo vão tentar um acordo para o impasse na Fazenda Buriti. "Pretende-se criar um fórum de negociação em que o governo federal estará presente. Vou propor ao governo estadual, à magistratura e a representantes dos dois lados a possibilidade de debatermos e chegarmos a um acordo sobre como podemos solucionar esse conflito".

A proposta do governo foi apresentada em uma reunião de três horas, no Ministério da Justiça. Na reunião estavam, além de Cardozo, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams; a subprocuradora-geral da República, Gilda Carvalho; além de cerca de 60 índios da etnia Terena e suas lideranças. O fórum deve ter início em até 15 dias e a expectativa é que as negociações durem até dois dias. O índio terena Antônio Aparecido, que participou do encontro com o governo, aposta no sucesso do fórum. "Para nós é um ponto positivo [a proposta do governo], apesar de várias audiências. Mais uma vez vamos acreditar na Justiça para que possa ser agilizado o mais rápido possível".

Cardozo enfatizou ainda que a saída para solução do impasse precisa ser pacífica. "Eu deixei claro que não há possibilidade de sentar para negociar enquanto houver conflitos da forma que está. Aqueles que acham que com radicalização resolve o problema da questão indígena estão errando". Antes da reunião, o clima era de expectativa por parte dos índios, que ocupavam um auditório no ministério. O coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Lindomar Terena, se mostrou desapontado com a forma do governo conduzir a relação com os índios. "Desde que a presidenta Dilma assumiu, o movimento indígena não foi recebido por ela. Em compensação, a bancada ruralista foi recebida cinco vezes no último mês. Isso mostra claramente para nós o lado que o governo federal preferiu estar".

Elisur Gabriel, irmão de Osiel Gabriel, morto em 30 de maio, esteve em Brasília e demonstrou apreensão com a presença da Força Nacional em Sidrolândia. "Eu não tenho o hábito de conviver com policiais armados até os dentes. Eu sinto medo. Depois que a polícia matou o meu irmão, eu tenho mais medo da polícia, principalmente das Forças Armadas".

Fonte: AGÊNCIA BRASIL

Faixas espalhadas pela cidade manifestam revolta e solidariedade aos índios

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 06.06.2013



No cruzamento da avenida Afonso Pena com a rua 14 de Julho a faixa chama a atenção da população para os conflitos nas terras de Sidrolândia



No pontilhão da avenida Ceará com a Afonso Pena, outra faixa de apoio aos indígenas, com destaque à morte do terena Oziel Gabriel

Os conflitos em campo entre indígenas e fazendeiros, que resultou em mortes, feridos, e mobilizou até a força nacional, agora ganha as ruas de Campo Grande, com faixas que expressam a revolta do massacre do povo terena e também solidariedade aos guerreiros de cara pintada.

Nesta quinta-feira (6), duas faixas ganharam destaque em pontos diferentes da Capital. Uma, no cruzamento da avenida Afonso Pena com a rua 14 de Julho, responsabiliza produtores rurais e o Estado pelo massacre dos índios.

Na outra, fixada no pontilhão, fixada no pontilhão das avenidas Ceará e Afonso Pena, é um protesto pela morte de Oziel Gabriel, o indígena que morreu com um tiro durante a desocupação da fazenda Buriti, em Sidrolândia.

O conflito dura desde o dia 15 de maio, quando povos terena ocuparam a sede da fazenda do ex-deputado Ricardo Bacha. Na semana passada a Polícia Federal e Militar foram até a propriedade rural para cumprir o mandado de reintegração de posse, que resultou na morte de Oziel e outros indígenas feridos.

Ministro diz que índios serão consultados sobre hidrelétricas no Tapajós

SÍTIO HOJE EM DIA, 06.06.2013



Mundurukus protestam em frente ao Planalto desde a segunda-feira

BRASÍLIA - Em resposta a uma carta dos índios mundurukus, que estão em Brasília desde segunda-feira (4) pedindo a suspensão de empreendimentos energéticos na região amazônica, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência República, Gilberto Carvalho, voltou a dizer nesta quinta-feira (6) que o governo está aberto ao diálogo com as comunidades.

Na carta resposta, divulgada no começo da noite, Carvalho diz que os indígenas da região do Rio Tapajós – onde o governo já tem estudos para construir um complexo de usinas hidrelétricas – serão ouvidos e terão direito a opinar sobre os projetos.

“Reitero que o governo federal mantém seu compromisso de dialogar com todos os indígenas da região do Tapajós para a garantia que seus direitos sejam respeitados e que suas posições e propostas sejam consideradas no que diz respeito aos possíveis aproveitamentos hídricos na Bacia do Rio Tapajós”, diz o texto.

Os indígenas cobraram em carta entregue ao ministro na noite de quarta (5) e em protesto nesta quinta (6) em frente ao Palácio do Planalto, “uma manifestação oficial do governo brasileiro, declarando se será ou não respeitada a nossa decisão final, de forma vinculante e autônoma, sobre o processo de consulta proposto”.

A consulta prévia aos índios sobre uso de recursos naturais em seus territórios está prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2003.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 097 / 2013

Brasília, 07 de junho de 2013.

Segundo Carvalho, “a posição do governo federal é de fazer um processo participativo e informado de consulta”, com base na Convenção 169 e na Constituição Federal, para que os mundurukus e outras etnias afetadas pelos projetos possam se manifestar.

Um grupo de índios mundurukus está em Brasília desde o começo da semana, após ocupar por oito dias o principal canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA).



Índios tentam entrar no estacionamento do Planalto

SÍTIO HOJE EM DIA, 06.06.2013

A segurança do Palácio do Planalto voltou a ter trabalho nesta quinta-feira com os índios, desta vez da tribo munduruku, que estão em Brasília para pedir a paralisação das obras de Belo Monte, no Pará, e exigir do governo que eles sejam consultados em relação a construções de usinas na Bacia do Tapajós. Os mundurukus tentaram entrar no estacionamento do Planalto para serem recebidos pela presidente Dilma Rousseff, mas foram barrados pelos seguranças. Um empurra-empurra entre seguranças e índios chegou a deixar a situação tensa, mas, como todo o Planalto estava cercado por grades, eles permaneceram na pista tentando entrar, sem obterem sucesso. Depois de mais de duas horas aguardando uma resposta do governo, desistiram e seguiram para o Ministério da Justiça, onde o ministro José Eduardo Cardozo ia receber representantes dos índios terena, da mesma tribo do índio morto em Sidrolândia, no Mato Grosso do Sul.

No início da noite desta quinta, o ministro Gilberto Carvalho divulgou a carta-resposta aos índios munduruku, que foram trazidos a Brasília em aviões da Aeronáutica, na terça-feira, 28. Segundo Gilberto Carvalho, a posição do governo federal é de realizar um "processo participativo de consulta" aos índios, nos termos da Constituição Federal e da Convenção 169 da OIT, "para que o povo Munduruku tenha acesso às informações e possa, de forma livre e informada, se posicionar com relação aos possíveis aproveitamentos hídricos na Bacia de Tapajós".

Depois de dizer que as posições do povo munduruku terão fundamental importância no processo de tomada de decisão do governo federal, na perspectiva de garantir integralmente os direitos constitucionais dos povos indígenas, a nota assinada por Gilberto Carvalho ressalta ainda que os resultados da consulta a ser realizada com os diversos segmentos devem "conciliar e garantir os direitos dos povos indígenas e de todos os demais segmentos da sociedade", que têm interesses naquele empreendimento a ser realizado.



Fazendeiros conseguem na Justiça direito de resistir à invasão de índios

SÍTIO CAPITAL DO PANTANAL, 07.06.2013

O impasse entre índios e fazendeiros de Sidrolândia, a 71 quilômetros de Campo Grande, teve mais um capítulo nesta quinta-feira. Donos das fazendas Furnas da Estrela e Vassouras conseguiram, na Justiça, o direito de resistir à invasão indígena. “Essa é uma resposta dos fazendeiros à Justiça Federal”, disse o advogado Newley Amarilla.

O advogado pediu ao TJMS (Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul) habeas corpus preventivo para que os proprietários das duas fazendas, ainda não invadidas, possam permanecer lá e resistir em caso de invasão. “Dá o direito deles resistirem”, fala Newley.

Conforme o advogado, com a decisão do desembargador João Maria Lós, os produtores rurais não podem ser obrigados a sair de suas propriedades, como aconteceu com Ricardo Bacha, dono da Buriti, invadida no dia 15 de maio.

Quinze dias depois, em cumprimento a ordem de reintegração de posse, a PF (Polícia Federal) e a PM (Polícia Militar) foram à fazenda. Houve conflito, policiais e índios ficaram feridos, sendo que um deles, Oziel Gabriel, 35 anos, morreu.

Na segunda-feira (3), os terena entraram na fazenda Cambará. E assim como na Buriti, colocaram fogo na sede. No dia seguinte, o terena Josiel Gabriel foi ferido quando chegava na fazenda São Sebastião, que também fica em Sidrolândia. O tiro que atingiu a coluna dele teria sido disparado por ocupantes de uma camionete. Ele está internado na Santa Casa.

A situação na região é cercada de decisões judiciais. Há do TRF3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região) que diz que as terras das fazendas não são indígenas; há reintegrações de posse e há aquelas que derrubam as ordens de retirada dos índios. A nova, é o habeas corpus preventivo.



Mais de 98% das terras indígenas ficam na Amazônia Legal

SÍTIO RÁDIO RURAL, 06.06.2013

Há hoje 112 milhões de hectares reconhecidos como terras indígenas no Brasil, pouco mais de um oitavo do território brasileiro (13,2%). É na Amazônia Legal que estão 98,6% dessas terras, mas quase 52% da população indígena estão fora dessa região. É por isso que o atual conflito de terras no Mato Grosso do Sul atinge proporções dramáticas. A briga é onde a terra é muito cara.

A reportagem é de Daniela Chiaretti e publicada pelo jornal Valor, 06-06-2013.

Segundo dados recentes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre 2003 e 2010 foram assassinados 279 índios no Mato Grosso do Sul (MS). Em todo o resto do país foram mortos, no período, 224 índios.

É o antropólogo Spensy Pimentel, pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo quem joga uma lupa sobre números que na visão dele, distorcem o debate. "Essa situação tem que ser vista povo a povo, região a região. No caso dos povos indígenas do Centro-Sul, é uma situação de falta de terra e de crise humanitária", diz. "Não quer dizer que na Amazônia sobram terras. Mas ali tem que fazer uma discussão própria da Amazônia. As propriedades rurais na Amazônia também são enormes. Unir a discussão amazônica com a do Centro-Sul só faz confundir mais a confusão e turvar a discussão."

"São duas problemáticas distintas", prossegue. Na Amazônia, os conflitos vem ocorrendo com as obras do governo. No Mato Grosso do Sul, a briga é com os produtores rurais. No MS, em terras que seriam originalmente indígenas, colonos estimulados por governos ocuparam aquelas áreas há décadas. Muitos têm terras tituladas pelo governo federal ou estadual. "São conflitos que não são do PT ou do PSDB, vêm desde o governo Vargas ou antes", diz Pimentel. "Esta questão tem que ser tratada como questão de Estado."

"Os conflitos fundiários no MS são históricos e resultam de uma série de ações e omissões do Estado brasileiro", diz uma nota do Ministério Público Federal que tenta propor uma solução para o conflito que eclodiu na semana passada em Sidrolândia (MS), quando morreu um índio terena e outro foi gravemente ferido na terça-feira.

A proposta de solução do MPF para a região - e em especial para os 17 mil hectares da Terra Indígena Buriti -, seria a reparação do dano causado aos fazendeiros que possuam títulos de propriedade em terras originalmente indígenas. "Por mais que a sugestão possa vir a beneficiar os produtores rurais, objetiva tornar mais célere as demarcações de terras indígenas no MS, permitindo o retorno dos índios às suas terras tradicionais e, em consequência, a manutenção de sua cultura, usos, costumes e tradições", diz o MPF.

Pimentel, um estudioso da situação dos povos indígenas no MS, contesta a afirmação ruralista
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 097 / 2013

Brasília, 07 de junho de 2013.

que as terras por serem demarcadas para os guarani-kaiowá tomariam 25% do Estado. "É uma inverdade que tem sido amplamente refutada pela Funai, pelos antropólogos e pelos indígenas."

Existem oito povos indígenas distintos no MS. Os dois maiores grupos do Estado, os guarani-kaiowas e os terena, são cerca de 71 mil pessoas, mais de 90% da população indígena do MS. Têm à sua disposição apenas 60 mil hectares. É diferente da situação dos índios kadiweu, onde cerca de 1,5 mil índios vivem em uma terra indígena de 540 mil hectares - 150 mil deles ocupados por pecuaristas que chegaram à região no século XX.

Os povos indígenas têm usufruto sobre terras indígenas homologadas pela Presidência da República, conforme garantido pela Constituição, mas a terra é da União.

Fonte: IHU



MPF defende demarcação da Terra Indígena Maró, no Pará
SÍTIO PORTAL ORM, 07.06.2013

Processo de demarcação da Terra Indígena se arrasta desde 2008

O Ministério Público Federal no Pará solicitou que a Justiça mantenha a decisão que obriga a Fundação Nacional do Índio (Funai) a dar continuação ao processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Maró, localizada no município de Santarém, oeste do Pará. Foi solicitada multa diária no valor de R\$ 5 mil para o caso de descumprimento e prazo de 30 dias para o cumprimento da decisão.

Os estudos de demarcação da área foram iniciados em 2008. Na época, a Funai solicitou 50 dias para a conclusão do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra que, no entanto, só foi entregue em 2010. Depois que o relatório foi entregue, o procedimento para demarcação foi paralisado e até hoje o resumo do estudo não foi publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Pará, impedindo a continuidade do processo.



A demora da demarcação da TI pode causar conflitos, segundo o MPF. A área de ocupação ancestral dos índios está localizada na Gleba Nova Olinda I, no município de Santarém. Essa gleba pertence ao Estado do Pará e vem sendo objeto de ordenamento territorial por parte do governo estadual, por meio do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), órgão fundiário estadual. Além disso, o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor), entidade vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), pretende efetuar concessões florestais na região.

CONT.



Assim, para o MPF, é de enorme importância que a Funai dê continuidade ao processo de demarcação da Terra Indígena para evitar sobreposição de títulos fundiários e futuros conflitos.

Segundo o procurador da República Luiz Eduardo Hernandez, a 'demarcação e delimitação da Terra Indígena Maró é pressuposto para todo o ordenamento territorial da Gleba Nova Olinda I, uma vez que o órgão estadual deve saber qual a área que pertence à União, para que possa promover a ordenação da área restante'.

Ainda segundo o procurador da República, 'enquanto a demarcação da Terra Indígena não ocorre e, consequentemente a ordenação fundiária do restante da Gleba nova Olinda I, os ânimos da região vão se exaltando e os conflitos inevitavelmente vão surgindo'. Na área convivem, além de três comunidades indígenas, outras comunidades tradicionais e também empresários de setor madeireiro.

O MPF também aponta que o não cumprimento das obrigações constitucionais de demarcação da terra indígena anula os direitos sociais e culturais da comunidade indígena Maró. Os indígenas, juntamente com outras comunidades locais, chegaram a apreender e atear fogo em duas balsas carregadas com madeira ilegal no ano de 2009.

No mesmo ano, o MPF encaminhou recomendação à Funai solicitando a conclusão da análise do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Maró, o prosseguimento do procedimento demarcatório e, caso o Relatório não fosse aprovado, que fosse apresentado o planejamento detalhado das ações necessárias à demarcação.

A Funai não atendeu a recomendação, apenas informou que a versão final do relatório seria entregue até o fim do ano, o que não ocorreu. Após essa etapa, o MPF entrou com ação civil pública, solicitando que a Justiça obrigasse a Fundação a prosseguir com a demarcação.

A Funai respondeu que o Poder Judiciário não poderia intervir em questões administrativas discricionárias referentes à implementação de políticas públicas. Já segundo o MPF, a administração pública está vinculado à Constituição, não possuindo poderes plenos para deixar de implementar políticas públicas as quais está obrigada pelo texto da Constituição Federal.

Com informações do Ministério Público Federal
Foto: Reprodução/ Internet